

HABEAS CORPUS Nº 567.710 - PR (2020/0071935-5)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : LUCIANO BORGES DOS SANTOS
ADVOGADO : LUCIANO BORGES DOS SANTOS - PR062905
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PACIENTE : JULIANO CESAR GUSSO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Juliano Cesar Gusso**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Apelação Criminal n. 5001897-58.2017.4.04.7008).

Narram os autos que o Juízo da 1ª Vara Federal de Paranaguá/PR condenou o paciente, juntamente com 26 corréus, a 13 anos, 8 meses e 15 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e 1.708 dias-multa, pela prática dos crimes de tráfico internacional de drogas e associação para o tráfico internacional de drogas (fls. 294/296). Na oportunidade, foi mantida a prisão cautelar.

Neste *mandamus*, o impetrante alega, em síntese, excesso de prazo no julgamento da apelação criminal, destacando que a morosidade no julgamento do recurso não pode ser imposta ao paciente, mas a outros corréus que demoraram a apresentar as razões da apelação criminal.

Requer, assim, inclusive, em liminar, a imediata soltura do paciente.

É o relatório.

No caso, o constrangimento não se mostra com a nitidez imprimida na inicial.

Do andamento da apelação na Corte de origem, não é possível chegar à conclusão de que há desídia ou ineficiência estatal no julgamento do recurso do paciente. Pelo que pude observar, o recurso foi distribuído em segundo grau no dia 12/2/2019 e, atualmente, conta com o parecer do Ministério Público e está concluso para o relator desde 17/2/2020.

Além disso, o pedido liminar é completamente satisfativo e exige o exame mais pormenorizado do caso.

Superior Tribunal de Justiça

Indefiro o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Desembargador Federal Leandro Paulsen acerca do julgamento da Apelação Criminal n. 5001897-58.2017.4.04.7008/PR.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator